

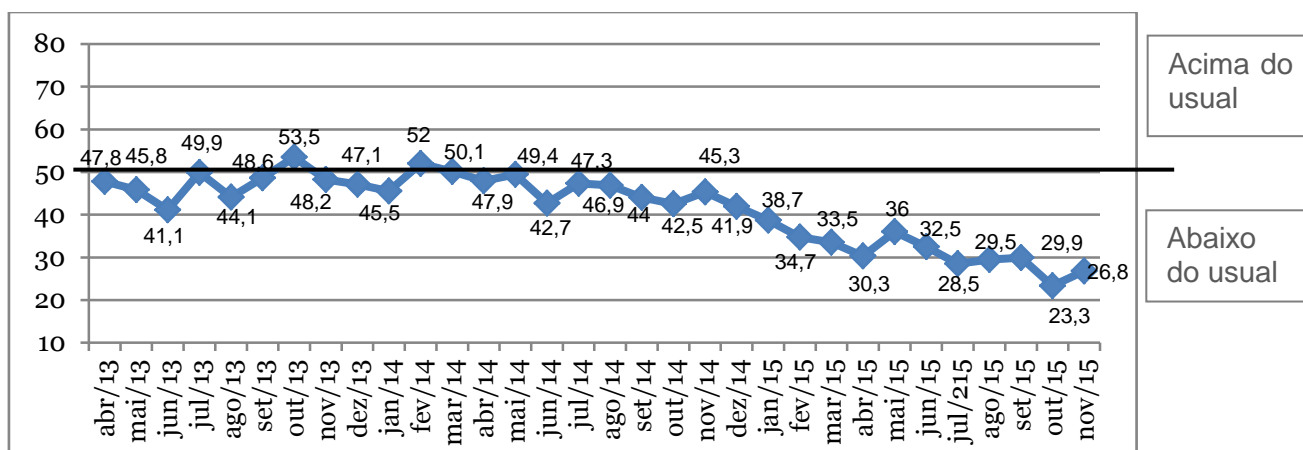
### Cenário político-econômico sufoca o setor

#### Visão Geral

A pesquisa realizada pela FIESC junto com a CNI entrevistou 38 empresas, sendo 14 de pequeno porte, 16 médias e 8 grandes. Destas, 16 são da construção imobiliária, 13 de obras de infraestrutura e 9 de prestação de serviços.

O nível de atividade da indústria da construção em novembro, 41,4 pontos, aumentou os sete pontos que havia perdido em outubro quando atingiu 34,2 pontos. Ou seja, voltou aos níveis de setembro. Em relação ao nível de atividade usual para o período, 26,8 pontos, foi superior aos 23,3 registrados em outubro,. A comparação da pesquisa é centralizada em 50 pontos que correspondem a linha divisória. Acima de 50 o nível de atividade é considerado positivo e abaixo negativo.

Nível de atividade em relação ao usual (pontos)



Fonte: FIESC e CNI

Em novembro, subiu o indicador de número de empregados, 38,1 pontos, contra os 35,4 registrados em outubro, mas muito abaixo dos 50 pontos da linha média. Para os próximos seis meses, a projeção do nível de atividades de 36,9 pontos é inferior à verificada em outubro de 38,9 pontos. A compra de insumos e matérias-primas em novembro é de 34,5 contra 38,1 pontos em outubro e os novos empreendimentos e serviços também recuaram em novembro, 33,7, contra

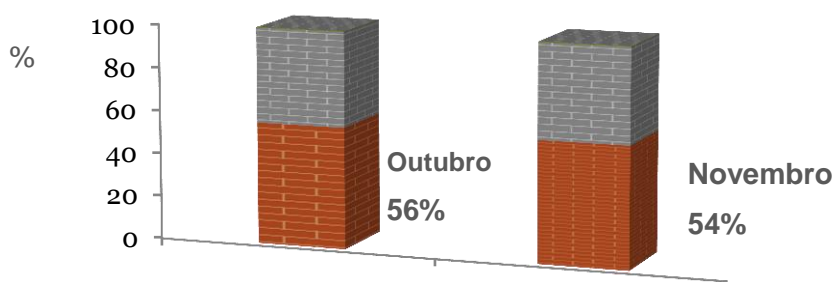
34,9 pontos em outubro. Quanto ao número de empregados para os próximos seis meses, 35,4, é ligeiramente superior aos 34,9 pontos registrados em outubro.

Importante destacar alguns indicadores que fornecem visão pontual da situação do setor. O nível de atividade comparada ao mês anterior, por exemplo, demonstra que quase 53% das empresas mantiveram estabilizada a produção e 37% recuaram. Ou seja, só 10% das empresas aumentaram o nível de atividade. Mais impactante ainda, é o fato de que 76,4% das empresas registraram nível de atividade abaixo ou muito abaixo do usual, 50% reduziram o número de empregados em relação ao mês de outubro e 51,3% têm previsão de queda nas atividades para os próximos seis meses, fato confirmado pelo recuo de 62,1% nos novos empreendimentos e serviços para os meses a frente. Quase 74% das empresas não têm a menor perspectiva de investir nos próximos seis meses.

Ou seja, a ligeira melhora do índice verificada em novembro, não parece ser uma indicação de recuperação do setor. Os indicadores continuam longe da média dos cinquenta pontos e muito aquém do que já experimentou no passado recente a construção civil em que a contratação de trabalhadores era decorrência natural do nível de atividade setorial. Além disso, as projeções para seis meses a frente são frustrantes e revelam o grau de desconfiança dos empresários do setor com a insegurança jurídica provocada por uma política de insuficiência no que tange aos anseios da indústria.

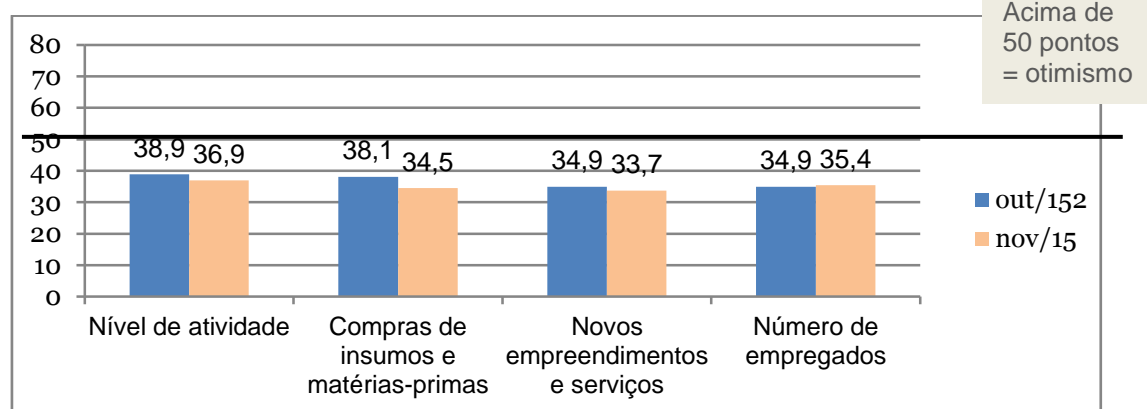
Quanto à utilização da capacidade de operação, UCO, houve um recuo ainda maior do que já havia se verificado em outubro. A UCO em novembro ficou em 54%, abaixo dos 56% de outubro.

**Utilização da Capacidade de Operação (UCO) das indústrias da Construção Civil de Santa Catarina outubro e novembro de 2015**



Fonte: FIESC e CNI

## Expectativas para os próximos seis meses (pontos)



Fonte: FIESC e CNI

## Visão empresarial

Ao contrário da sondagem de outubro em que a projeção para os próximos seis meses indicava alguma evolução, a forte queda nos lançamentos indica que o nível de confiança do empresário da construção civil para o futuro anda baixo. Informações colhidas junto a alguns empresários do setor indicam que, medida pela atividade na Grande Florianópolis, a construção civil, em comparação com o passado recente, amarga queda nos lançamentos de, aproximadamente, 70%.

Assim como o país não mudou o cenário político e econômico nos últimos trinta dias, o mesmo pode ser contabilizado no que concerne às empresas da construção civil. A situação do país é de falta de uma política coerente que tire a economia da letargia negativa em que se encontra. Não se recupera um equívoco de anos no curto prazo.

Continuam as dificuldades de liquidez com redução da demanda, restrição ao crédito, saque nas cadernetas de poupança e principalmente, queda na confiança tanto por parte do consumidor quanto do empreendedor da construção civil segundo informações colhidas junto ao setor.

Possível reversão do quadro atual está diretamente ligada à normalização do cenário político que sufoca investimentos. O setor, assim como os demais da atividade econômica, espera uma definição no quadro político. Pouca possibilidade de mudança no curto prazo.

## Resumo

Para se entender o que se passa na construção civil, é fundamental perceber que por ser intensivo em trabalhadores o setor necessita contratar em períodos de alta e principalmente, quando há lançamentos de construção imobiliária e execução de obras públicas, sinal de dinamismo da economia.

Os números apresentados pela FIESC relativos ao comportamento da economia em catarinense em 2015, contudo, mostram um quadro de forte contração da atividade econômica medido pelos vários indicadores. Nos dez primeiros meses do ano, em comparação com igual período do ano anterior, a produção industrial recuou 8% e as vendas 11,4%. São indicadores que dão uma medida do grau de dificuldade de toda a economia.

Mesmo os indicadores de emprego são decepcionantes. A construção civil que cresceu 10% o número de trabalhadores ano passado nos dez primeiros meses, em 2015 registrou queda de quase 2% no mesmo período. E o que é pior, o setor que ainda se mantém na construção de residências e construção de imóveis comerciais com a redução de lançamentos não terá como absorver o contingente de desempregados quando terminarem as obras atuais.

Uma das formas de compensar a queda nos lançamentos da construção pode ser a vontade inequívoca do Governo do Estado em efetivar as concessões necessárias para realizar obras de infraestrutura para 2016. Para tanto, segundo o Conselho de Economia da FIESC registrou em sua última reunião, a Secretaria de Estado de Planejamento deve aplicar R\$ 4 bilhões com o que espera contar com o apoio do BNDES para efetivação das concessões.

É de se prever possibilidade de parcerias público-privadas.

PTG Consultoria – 16/12/15